



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2016

(Da Sra. Luiza Erundina)

Requer a continuidade do Ciclo de Ações Legislativas com Participação Popular, objeto do Requerimento nº 28/2015, aprovado na sessão legislativa de 2015 nesta Comissão de Legislação Participativa – CLP.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a continuidade do Ciclo de Ações Legislativas com Participação Popular, destinado a debater e propor medidas sobre a relação entre o acesso à cidadania plena e o endividamento público do Estado brasileiro, compreendido no intervalo 1994-2015, **objeto do Requerimento nº 28/2015, aprovado no dia 19 de agosto de 2015 nesta Comissão.**

As ações legislativas programadas são objeto da proposta de roteiro de trabalho expressa em anexo a este requerimento, sujeita a alterações por necessidade de adequações, agendas e medidas supervenientes, inclusive com realização de encontros nos Estados (audiência pública externa ao prédio da Câmara dos Deputados).

Requer, na forma da prática desta Casa, que seja custeada a despesa institucional decorrente da realização da programação em tela, tudo conforme o Requerimento nº 28/2015, anteriormente aprovado por esta Comissão.



JUSTIFICAÇÃO

O Ciclo de Ações Legislativas com Participação Popular foi aprovado com estimativa de duração de 4 anos, igual ao período da legislatura (2015-2019), mediante roteiro de trabalhos vinculados ao objetivo central aprovado, a saber, debater e propor medidas sobre a relação entre o acesso à cidadania plena e o endividamento público do Estado brasileiro, compreendido no intervalo entre 1994-2015, abarcando 4 (quatro) eixos temáticos e assuntos correlatos: 1. O endividamento do Estado é um grande negócio; 2. A dívida pública e o bloqueio ao desenvolvimento; 3. Direitos humanos, políticas sociais, função redistributiva e arrecadação; 4. A taxação sobre patrimônio e renda e o ajuste fiscal.

Nesse sentido, a presente proposta é de continuidade, devendo abranger as seguintes ações e temas neste ano de 2016, conforme detalhamento no Anexo correspondente: debate e exame dos atos e fatos geradores do endividamento dos municípios e dos estados; ferramentas administrativas e legais para realização da justiça fiscal; o papel da política e o poder-dever de intervenção estatal para alocação dos recursos públicos conforme a equidade.

É importante lembrar as atividades desenvolvidas pelo Ciclo de Ações Legislativas com Participação Popular no ano de 2015. No caso, foram realizados o Seminário "Justiça Fiscal: quem são os contribuintes brasileiros e para onde vão os recursos públicos?"; o primeiro e segundo ciclos sob os títulos "Acesso à cidadania e endividamento do Estado brasileiro" e "Crise econômica e crise política: para além de um ajuste fiscal", respectivamente. Tais eventos contaram com a participação de entidades governamentais, sindicatos e representantes da sociedade civil organizada.

O resultado prático foi a apresentação, coletiva, de 1 (um) requerimento e 3 (três) projetos de lei, que contaram com assinatura, em média, de 25 a 30 deputados:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Requerimento nº 3.647/2015, que “requer a inclusão na ordem do dia dos projetos de lei que tributam as grandes fortunas, de autoria da deputada Luciana Genro (PLP 277/2008), deputado Aloizio (PLP 48/2011) e deputado Paulo Teixeira e outros (PLP 130/2012)”;

- PL nº 3.799/2015, que “extingue o benefício fiscal que reduz a zero a alíquota do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos produzidos por títulos públicos quando resgatados ou remetidos ao exterior”;

- PL nº 3.798/2015, que “tributa os rendimentos dos acionistas, cotistas e sócios de empresas e bancos oriundos da distribuição de lucros e dividendos, sob a forma de juros sobre capital próprio”;

- PL nº 3.800/2015, que “regulamenta o art. 239, §4º da Constituição Federal, com o fito de criar adicional ao FAT para as empresas com alta rotatividade de demissões, com fins de proteção ao emprego”.

Peço apoio dos meus pares para aprovação deste requerimento e respectivo roteiro de trabalho.

Sala da Comissão,

Deputada LUIZA ERUNDINA

(PSB/SP)



ANEXO

Proposta de Roteiro de Trabalho ano 2016

Ciclo de Ações Legislativas com Participação Popular, destinado a debater e propor medidas sobre a relação entre o acesso à cidadania plena e o endividamento público do Estado brasileiro, compreendido no intervalo entre 1994-2015.

1. Cronograma Geral

- ✓ Debate e exame dos atos e fatos geradores do endividamento dos municípios e dos estados;
- ✓ Ferramentas administrativas e legais para realização da justiça fiscal;
- ✓ O papel da política e o poder-dever de intervenção estatal para alocação dos recursos públicos conforme a equidade.

CRONOGRAMA GERAL	
Junho-Agosto de 2016	Realização de debates sobre o endividamento público dos municípios e estados-membros; sistematização, análise e providências sobre as propostas de refinanciamento da dívida dos entes federativos perante a União.
Setembro de 2016	Organização de providencias decorrentes dos debates anteriores. Apresentação de projetos e outras medidas decorrentes do seminário.
Outubro - Novembro de 2016	Realização de debates sobre ferramentas administrativas e legais para a justiça fiscal e o papel da política e da intervenção estatal visando à equidade social.
Dezembro de 2015	Prestação de contas das atividades e definição de roteiro de trabalho para o restante da legislatura (2014-2019).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2. Desenvolvimento:

- Realização de palestra, eventos e atos com entidades da sociedade civil;
- Solicitação depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- Convidar e/ou convocar Ministros de Estado para prestar, pessoalmente, informação sobre assunto relacionado aos eixos temáticos;
- Encaminhar pedidos de informação a Ministros de Estado;
- Determinar a realização, com auxílio do TCU, de ações sobre os eixos temáticos;
- Acompanhar e exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, em articulação com a CMO, da União.
- Medidas legislativas.
- Atos políticos.

3. Meta:

Com tal roteiro é possível dar continuidade ao debate e tratativas abertas pelo Requerimento nº 28/2015, da CLP, e fechá-lo nessa primeira etapa; além de atribuir maior politicidade à questão do endividamento público brasileiro.